



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O LUGAR DA DIVERSIDADE SEXUAL NO COTIDIANO ESCOLAR

Rita de Cássia Santos Côrtes⁵¹
(UESB)

Caio César Silva Rocha⁵²
(UESB)

RESUMO

A sociedade atual tem praticado cada vez mais com frequência a homofobia de diversas maneiras. Não raro, a mídia tem noticiado agressões físicas que muitas vezes culminam até com assassinatos de homossexuais. Nesse contexto, a escola, instituição que acolhe sujeitos heterogêneos em todas as suas manifestações tem se mostrado inerte em buscar novas formas de pensar as práticas sexuais com menos rigor, reforçando com isso a heteronormatividade como a única possibilidade da sexualidade. Com o viés de refletir sobre a postura da escola como espaço de debate é que este texto se insere, com a finalidade de evidenciar que há uma lacuna nesse ambiente no que diz respeito à organização curricular e às relações sociais no que tange à diversidade sexual, buscando dessa maneira contribuir para que ocorra uma maior compreensão das várias identidades sexuais que não atendem ao binarismo, contribuindo para que minimize ou se erradique o preconceito e a discriminação que levam às práticas homofóbicas.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade, Homofobia, Cotidiano escolar.

*Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus Jequié*. Licenciada em letras com habilitação em língua portuguesa e língua inglesa por essa mesma universidade. Professora da rede estadual de ensino da Bahia e rede municipal de Jequié. Pós-graduada em Literatura e ensino de literatura. Pós-graduada em Leitura. Membro do Grupo. Membro do Núcleo de Estudos Formação Docente: Memória, Subjetividade, Territorialidade (GESTAR/FORMATE). Mestranda do curso de Relações Étnicas e Contemporaneidade pela UESB – Jequié. ritalice@yahoo.com.br.

** Graduando em Licenciatura em Teatro pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, 7º semestre. Bolsista PIBID/CAPES no subprojeto “Tempos de vida, de Teatro e de Literatura”. Pesquisador voluntário nos grupos: Gap-Motus, Grupo de ações performativas Motus; NEGRES – Núcleo de estudos em gênero, raça e sexualidades. Membro do Núcleo de Estudos Formação Docente: Memória, Subjetividade, Territorialidade (GESTAR/FORMATE). caioroitman@gmail.com

51

52



INTRODUÇÃO

A diversidade sexual é uma questão que tem sido debatida por muitos teóricos nas áreas das ciências humanas e por feministas que inserem ainda a questão do gênero neste bojo de reflexões. Esses autores e autoras têm evidenciado em seus escritos que a sexualidade é aprendida, pode ser definida como uma construção em permanente negociação com o outro e com o social contrariando a ideia de o assunto ser uma questão apenas pessoal como era definida até meados do século XX quando, a partir da década de sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero tornaram-se palco de discussões através do movimento feminista (LOURO, 2000).

As ampliações desses debates se convergem em prol dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e representam uma luta contra a homofobia, comportamento preconceituoso existente na sociedade e que ainda é tolerado, podendo-se até afirmar que é considerada normal no mundo contemporâneo se comparado com outros tipos de preconceito, visto que bradar não ser simpatizante ou mesmo ter ojeriza a pessoas homossexuais representa uma forma de ratificar a concepção da heterossexualidade.

Na escola a homofobia ou bullying homofóbico se manifesta através dos olhares maldosos, piadas de mau gosto, xingamentos, inscrições nas paredes das salas de aula e sanitários, agressões verbais e até mesmo físicas praticadas por estudantes que se enquadram na categoria de heterossexuais e rejeitam a identidade homossexual. Neste espaço, onde todos os sujeitos deveriam ser resguardados, tratados com igualdade de direitos e respeito em suas diferenças, há uma reprodução e convicção da heterossexualidade a qual está instalada na sociedade como marca universal ao passo que a homossexualidade é focada como uma norma desviante. É de se supor que esses sujeitos homossexuais são marcados pela invisibilidade, suas vozes são silenciadas pelo fato de estarem inseridos em um contexto escolar homogêneo na estrutura arquitetônica, de aparência rígida, geralmente também fixa e também homogênea em sua estrutura curricular e recheada de posturas ainda preconceituosas porque reflete as



normas sociais tradicionais vigentes com seus valores mascarados. Tendo em vista as discussões que giram em torno da homofobia em muitos movimentos sociais, que atualmente já se reconhece como um grave problema social e tem afetado a convivência nos espaços escolares, é nosso entendimento alavancar discussões que possibilitem refletir sobre a postura da escola diante das várias identificações de gênero que se fazem presentes neste espaço educativo para que oferecer contribuições no sentido de que se amplie as formas de pensar o ensino, com vistas a haver ressignificações nas práticas pedagógicas pelo viés de se ter um outro olhar sobre todos estudantes independentemente de sua orientação sexual. Compreende-se ainda que colocar em pauta as discussões sobre a ampla escala da diversidade sexual, sobremaneira contribuir-se-á para que haja uma melhor compreensão e respeito às diversidades das identidades e certamente as manifestações homofóbicas de qualquer natureza poderão ser erradicados do cerne humano.

A PADRONIZAÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS

A modernidade tem construído um outro tipo de sujeito concebido como possuidor de identidades transitórias que são assumidas distintamente em momentos e espaços diferentes, através dos sistemas culturais em que estão inseridos. Assim a instabilidade é a característica fundamental desse sujeito moderno, em contraposição aos períodos anteriores sem que se reconhecia a identidade como algo fixo e demarcada pela estabilidade. Giddens (1991), salienta que houve mudanças profundas na modernidade muito mais que em outros períodos tanto no plano extensional quanto intensional na vida das pessoas alterando e ampliando suas relações no plano social e no plano pessoal:

Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991, p. 14)

Nessas transformações sejam de quais forem os planos, todos estão envolvidos diretamente desde que se passou a conceber o mundo como uma aldeia global, em que é possível conectar-se com o outro por mais distante que ele esteja devido às facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, as quais têm influenciado as relações pessoais através dos relacionamentos, da formação corpórea e até mesmo do surgimento da vida. Pode-se afirmar nesse caso que o mundo contemporâneo é constituído por um mosaico de culturas em que é possível uma infinidade de modos de identidades. Hall (2005, p. 13) enfatiza que há um confronto na atualidade por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis em cada pessoa, e acrescenta ainda que as sociedades modernas são definidas por sociedades de mudança constante, rápida e permanente que as distingue das sociedades tradicionais. Com tantas modificações na forma de viver, pensa-se o mundo mais acelerado, mais dinâmico e pode-se até dizer, menor.

Nesse mosaico cultural, a partir da segunda metade do século XX têm sido debatidos temas que se referem às identidades e as práticas sexuais e de gênero, cujos debates vêm se fortalecendo por movimentos como o feminista, de gays e lésbicas e por pessoas que se sensibilizam com as lutas das minorias e ainda por sujeitos que se sentem ameaçados por essas manifestações. Nessas divergências de posicionamento estabelecem-se fronteiras entre os que representam a norma, ou seja, a heteronormatividade e o que convencionou-se denominar de prática desviante, que é a homossexualidade. Louro (2000) explica o seguinte sobre essas identidades construídas:

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” os sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2000, p.12)



Os grupos que estão inscritos na normatividade veem-se com autonomia e autoridade para representarem toda a sociedade como se ela fosse homogênea e com isso rejeitam os demais grupos através do aniquilamento construído pela negação de suas identidades, considerando-os como um desvio quando se trata da sexualidade. Conforme a heterossexualidade é concebida como a regra, o padrão, o convencional, visto que há uma compreensão de que o desejo do sujeito por alguém do sexo oposto para suas práticas sexuais é o natural, fica estabelecido pelas próprias convenções sociais que as outras formas de manifestações da sexualidade são definidas como desviantes, anormais, por isso, não aceitáveis.

O jogo social possui regras que tentam limitar e normatizar os comportamentos sexuais criando estratégias para consolidar as identidades masculina e feminina articulando para uma única possibilidade de identidade sexual que é a heterossexual. É nesse jogo que surge a posição da normalidade e da diferença como reitera Louro (2008, p. 21):

A sutileza do embate cultural requer um olhar igualmente sutil. Há que perceber os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, porque, afinal, é disso que se trata. Em outras palavras, é preciso saber quem é reconhecido como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferencia desse sujeito. As noções de norma e de diferença tornaram-se particularmente relevantes na contemporaneidade. É preciso refletir sobre seus possíveis significados.

A sutileza do embate cultural de que se refere Louro, está representada na questão da sexualidade pelasupremacia do poder dos que se denominam na categoria padronizada, os heterossexuais, são estes que nomeiam e estigmatizamos que desenvolvem outras práticas sexuais como “diferentes” e por isso levam para a fronteira a homossexualidade, conseqüentemente produzindo a intolerância aos homossexuais definida como homofobia. O termo, que pode ser considerado uma patologia social, se caracteriza por um conjunto de emoções e práticas negativas que vão desde xingamentos, tratamentos de desprezo, agressões físicas culminando muitas vezes com assassinatos, tem alavancado discussões de movimentos sociais, simpatizantes e



integrantes do grupo gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) pelo direito à liberdade de viver e à igualdade de direitos.

E QUANTO À ESCOLA?

Sendo a escola uma instituição que compõe um determinado segmento social, mas amplamente heterogêneo, quer seja em relação às etnias, orientação religiosa, orientação sexual, dentre outras, neste espaço encontra-se em destaque a ordem das coisas que a sociedade que está depois dos muros proclama, cujos valores são pulverizados nesse ambiente os valores e crenças normatizantes do jogo social. Dessa maneira, a escola ratifica a postura de desrespeitar as e discriminar as diferenças relacionadas a todas as manifestações e práticas sociais que não estejam de acordo com as estruturadas pela ótica do binarismo homem/mulher para se referir às práticas sexuais e não apenas para distinguir o sexo.

Com efeito negativo, a escola em vez de desempenhar o seu verdadeiro papel social que é além da busca do conhecimento, também o papel de estimular o respeito ao direito de cada um envolvido no processo educacional, reproduz as marcas da homofobia em seu fazer pedagógico, na sua relação social, pois a heteronormatividade está no centro das concepções curriculares através do ocultamento, já quede muitas maneiras a escola se debruça em reafirmar que a heterossexualidade é a única e possível regra de expressão da sexualidade. A escola se empenha em reafirmar esse modelo como o único aceitável e legítimo justificada pelo contexto social em que está inserida, o que se coloca em dúvidas e a escola é realmente inclusiva no sentido mais geral de como se concebe a inclusão, se ela prima pelo respeito às diferenças e individualidades e ainda se pode ser considerada como verdadeira a proposta de haver de fato uma educação de qualidade para todos cuja finalidade consiste em que se vislumbre pela formação de um sujeito crítico e reflexivo, protagonista de sua própria história.

O que é possível compreender por outro lado, da forma como está instalada a prática homofóbica sutil ou ostensiva nesse ambiente, porém não sendo isolada, fica



subentendido que esses “todos” inseridos no contexto escolar sejam os sujeitos que se determinam como heterossexuais e os outros, os considerados desviantes passam a ocupar o lugar do ocultamento, da invisibilidade. Às várias formas da instituição escolar subjugar o outro pela orientação homossexual marginalizando-o, Junqueira (2013) denomina de pedagogia do armário, e assim ele a explica:

As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas (não raro, acionadas como recurso didático) constituem poderoso mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Essa pedagogia do insulto se faz seguir de tensões de invisibilização e revelação, próprias de experiências do “armário”. Uma pedagogia que se traduz em uma pedagogia do armário, que se estende e produz efeitos sobre todos (as). (JUNQUEIRA, 2013, p. 484)

Ainda sobre o currículo escolar, segundo Santomé, (2005, p.161) ele é construído com ênfase nas demandas das culturas hegemônicas, em detrimento das culturas ou vozes das classes minoritárias, entre as quais se destacam as sexualidades lésbica e homossexual. Configura-se assim na institucionalização da discriminação o que conduz a construções de invisibilizar, inferiorizar e estigmatizar todas as pessoas que não se adentram nesse círculo desenhado pelo binarismo. Conclui-se então que um currículo desenhado e legitimado utilizando-se desses mecanismos articulados prima pela hegemonia e fortalece o preconceito a que Silva, (2004, p. 78) denomina de currículo oculto, ou seja, aquele que não está estruturado de maneira explícita, não está oficializado, mas pode ser visualizado “nas relações sociais entre professores e alunos, entre a administração e os alunos, entre alunos e alunos” o qual tem relevância para a formação do sujeito, pois se refere às relações sociais dentro do espaço escolar e por isso produz marcas determinantes que podem repercutir nos estudantes ao longo de toda a sua vida.

Bakhtin (2009) refere-se à palavra como um signo ideológico, constituindo com isso, um instrumento de poder e, que conseqüentemente influencia e modifica formas de pensar e de se comportar. Acrescenta o autor ainda que “as palavras são tecidas a partir



de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Idem, 2009, p.42). Louro (1998) ratifica também que a palavra não é apenas uso para nos comunicarmos, mas que além de expressar relações, localizações e posicionamentos, ela os institui. Na escola a manifestação desse poder é exercida duplamente porque enquanto estudantes heterossexuais a usam para desqualificar os homossexuais, o corpo docente se cala tornando-se indiferente aos conflitos gerados pelos opressores. O não dizer da escola, representado pelo não manifestar-se dos/as professores/as, a ausência da palavra também representa uma forma de poder porque na verdade o silenciamento produz variados sentidos, possui um caráter ideológico permitindo que a atitudes homofóbicas aconteçam com naturalidade no cotidiano. Quanto a isso, Louro (1998, p. 67), enfatiza que:

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/las”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos as alunas “normais” os/as conheçam e possam deseja-los. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada por alguns de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes indesejados ou ridículos.

Devido ao silenciamento praticado pelos professores, a escola revela-se permissiva e omissa, afirmando sua incompetência e incapacidade em lidar com a diversidade sexual ratificando que o padrão social é a heterossexualidade e a homossexualidade deve permanecer no campo desviante da sexualidade. Tais práticas exercidas pela escola resultam numa negação de que seu público é heterogêneo e complexo, reforçando o binarismo masculino/feminino, corroborado pela confirmação de que há uma única cultura e não várias culturas constituídas pelas mais complexas formas identitárias de que se compõe a pessoa humana, sendo destinados ao anonimato e confinamento propostos pelo silenciamento os estudantes que não fazem parte da “regra geral” da sexualidade, que representam a minoria. Daí reforça-se a estigmatização



dos que não estão inseridos no quadro sexual normatizante, que assim humilhados e vistos como classe inferior ou até mesmo aberrações, são segregados restando poucas alternativas para estes sujeitos, como o isolamento e até mesmo o abandono escolar. O fato é que posturas homofóbicas são ainda toleradas nas instituições de ensino porque também o são em outros espaços, sem que haja uma ação efetiva da lei punindo os praticantes de tais atos, conforme Dinis (2011, p. 41) salienta:

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados.

[...]dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina.

Reconhecer que existem diversas maneiras de se expressar através das práticas sexuais, para a escola representa transgredir os ditames sociais, mas por outro lado significa enveredar pelos caminhos de lutar pela conquista da igualdade, eixo central das lutas pelos direitos humanos, que são direitos de todos/as. É partidarizar-se com o oprimido, devolvendo-lhe a humanidade que lhe está sendo retirada pela violência praticada por uma falsa moralidade construída e muito bem estruturada pela sociedade dominante que classifica, julga, marginaliza quando não reconhece principalmente que é com as diferenças que se aprende mais.

Assim, o que se pretende reiterar nesse discurso é que as pessoas que são caracterizadas como “diferentes” da forma normatizante da sexualidade desejam apenas ter o direito de existir publicamente e abertamente como os demais seres humanos, exercendo direitos da cidadania plena, até porque somos iguais porque somos humanos, mas ao mesmo tempo não somos iguais em nada, cada um de nós possuímos nossas individualidades, e ainda porque segundo Mantoan (2006, p.17) “[...] ser gente é correr o risco de ser diferente”. Desse modo, interpretando que ser diferente não significa ser desigual, e assim ser tratado com desigualdade de direitos por fazer parte de uma minoria, parte-se do pressuposto de que é necessário repensar a escola como uma instituição que respeite as identidades de todo o público estudantil com quem lida,



possibilitando e propondo novas formas de olhar para a comunidade atendida por ela, repensando o mundo que a circunda para que haja reflexos positivos na sociedade.

ELEMENTOS CONCLUSIVOS

Com essas considerações apresentamos, por ora, algumas observações que consideramos relevantes com relação ao universo escolar: ao se omitir quando o assunto é diversidade sexual, a escola fortalece as práticas homofóbicas; os estudantes vítimas da homofobia sentem-se fragilizados pelo silenciamento da escola em não garantir seus direitos à igualdade; os reflexos do bullying homofóbico nas escolas interferem também na vida dos estudantes fora do ambiente escolar.

Se pretendemos nortear nossas práticas pedagógicas dando-lhes outros sentidos, que não apenas uma educação conteudista, mas também interessados na formação humana, é preciso ter um olhar ampliado que, ultrapassando e vencendo as orientações dicotomizadas que ainda persistem em nossa sociedade relacionadas às práticas sexuais, onde só se reconhecem como pessoas humanas os pares masculino/feminino, é necessário “ler” atentamente as várias identificações que compõem o nosso universo escolar para que sejam respeitados com todos os direitos e não mais estejam nessa lógica de serem percebidos ou tratados como figuras exóticas, ou que apresentam desvios.

Respeitar as individualidades e se partidarizar diante das práticas homofóbicas, assim como contra qualquer outro tipo de preconceito que leva à discriminação se não for combatido, é tarefa da escola enquanto local de debates onde se produz conhecimento e se formam cidadãos.



REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009. 203 p. 13ª ed.
- DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, nº 39. jan./abr. 2011. p. 39-50.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2 reimp. São Paulo: UNESP, 1990. 177 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. 102 p. 10 ed.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: A normatividade em Ação. In: **Revista retratos da escola**– Revista semestral da escola de formação da CNTE (ESFORCE). Volume 7, Número 13. jul. /dez. 2013. p. 481–498.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1998. 179 p. 2 ed
- _____. (Org.). Pedagogias da sexualidade In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-27. 2 ed.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Pro-Posições**. Volume 19 n. 2 maio/ago. 2008. p. 17-23.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Unidade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus editorial, 2006. p. 15-29.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. Org. **Alienígenas na sala de aula**: Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 159-177. 6 ed.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 154 p. 2 ed.